



Balanço do 55° CONUNE

**É preciso construir
uma fração
revolucionária
entre a juventude**



POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS**
MASSAS

Índice

| | |
|--|----|
| Apresentação | 3 |
| Balanco do 55° CONUNE | 5 |
| Resoluções aprovadas..... | 5 |
| Educação - “Educação é nosso futuro: contra a retirada de direitos” | 7 |
| Movimento Estudantil: - “Movimento estudantil é estudantes em movimento” | 8 |
| Direção eleita..... | 9 |
| Oposição de esquerda não serviu como alternativa à burocracia do PCdoB e PT..... | 9 |
| Juventude do PSDB defende as mesmas bandeiras que a “esquerda”..... | 10 |
| Lançamento do Projeto Brasil Nação | 11 |
| - Grupo sobre Universidades Particulares: | 13 |
| - “Escola sem Partido” versus Educação | 14 |
| Emancipadora | 14 |
| a) Tirada de delegados por fora dos fóruns do movimento estudantil | 16 |
| b) Festividade distracionista no CONUNE..... | 17 |
| Paraná:Avaliação do CONUNE 2017..... | 18 |
| Manifesto ao 55° Congresso da UNE | 22 |
| Responder à crise econômica e política com os métodos da luta de classes | 22 |

| | |
|--|----|
| I. Combater a barbárie social. Rechaçar o intervencionismo militar e econômico sobre as nações oprimidas | 26 |
| II. Combater a opressão sobre a mulher, aos homossexuais, aos negros e índios | 27 |
| III. Por uma UNE independente, de massa e democrática | 28 |
| Tudo muito bem montado para a reconstituição da oposição burguesa | 30 |
| Abaixo o Congresso burocrático e serviçal! | |
| Por um Congresso democrático, vivo e combativo! | 35 |

Apresentação

A importância do 55º Congresso da UNE está em que expressa o controle burocrático da direção estalinista/pequista sobre a organização nacional dos estudantes e seu movimento. A conjuntura está marcada pela ofensiva do governo golpista de Temer em aprovar um conjunto de reformas antinacional e antipopular. Estas contêm ataques ao ensino público e à educação em geral. As bandeiras de luta contra as reformas trabalhista e previdenciária têm sensibilizado as massas a se mobilizarem unitariamente por suas reivindicações mais sentidas. Mas o desarme político e organizativo do movimento estudantil por sua direção pesa contra o avanço da luta revolucionária e em favor da burguesia, de seu governo e de suas reformas.

O 55º Congresso foi organizado de forma predominantemente superestrutural, sem se assentar nas assembleias de base, as eleições via de regra chamaram os estudantes a referendar as listas das correntes que já se acomodam nos cargos dirigentes da entidade. Assim, se garantiu cumprir seu objetivo, traçado pela direção: servir de ponto de apoio para reorganizar a oposição burguesa, a partir de uma frente popular, sobre a base do lançamento do chamado “Projeto Brasil Nação”, encabeçado pelo ex-ministro Bresser Pereira e com apoio do oligarca Ciro Gomes.

Nenhum balanço foi feito quanto à estatização da UNE durante os governos do PT.

A oposição de esquerda compareceu como ala esquerda do estalinismo/petismo, pois não se distinguiu na estratégia do Fora Temer – Diretas Já. Reafirmou sua incapacidade de se construir como alternativa revolucionária à direção burocratizada.

De seu lado, o MAIS (cisão do PSTU) e o MRT (ex-LER/QI) retornaram à UNE sem nenhum balanço da experiência divisionista da ANEL, que sequer teve Congresso este ano e se dissolveu na Conlutas. O MAIS voltou com a bandeira da eleição de um novo governo de Lula nas mãos e o MRT com sua proposta de constituinte, que na atual situação só poderia servir para reorganizar as forças burguesas no Estado.

A debilidade organizativa do POR sublinhou a dramática falta de uma fração revolucionária organizada na juventude, para que esta possa cumprir seu importante papel de auxiliar na luta pela revolução proletária e o socialismo.

Balanço do 55º CONUNE

Entre os dias 14 e 18 de junho, ocorreu em Belo Horizonte/MG o 55º Congresso da UNE (CONUNE), com participação de 15 mil estudantes. A direção da UJS (PCdoB) e PT o organizou como ponto de apoio para reconstituição da oposição burguesa. Em uma conjuntura de avanço da crise econômica e política, a direção da UNE utilizou o Congresso para fortalecer as bandeiras eleitoreiras de “Fora Temer” e “Diretas Já”, ao ponto de submeter a elas o chamado da greve geral do dia 30 de junho.

Resoluções aprovadas

Conjuntura: “A Unidade é a bandeira da Esperança – venceremos nas ruas!” (PCdoB e correntes do PT (Levante Popular, Kizomba), Movimento Correnteza. A resolução defendida pelas correntes majoritárias da UNE é iniciada sob a defesa das bandeiras democráticas e de soberania nacional. Defende a tese de “a unidade das forças populares para tirar o Brasil da profunda crise, retomar o crescimento econômico e o estado democrático de direito” e o “restabelecimento da democracia e da legitimidade dos governantes através da soberania do voto popular”. Estas teses foram defendidas previamente na mesa de Lançamento do “Projeto Brasil Nação”, um programa para as próximas eleições que unifica o PT ao PDT (Ciro Gomes)

e setores dos demais partidos burgueses, elaborado pelo economista Bresser Pereira, co-autor do plano Real, que traduz a defesa tímida das empresas nacionais e do esgotado desenvolvimentismo.

Aprovar as teses do ex-ministro do governo FHC, Bresser Pereira, mostra o quanto a direção majoritária da UNE está aquém de responder à crise econômica e política no campo da independência de classe. Bresser Pereira praticamente deu uma aula sobre nacional desenvolvimentismo, defendendo uma “coalização de classes liberal” para que a indústria nacional volte a crescer. Assim, a resolução de conjuntura do Congresso da UNE aprova, como saída para a crise econômica, a unidade dos explorados com frações da burguesia, a mesma burguesia que fez e faz coro pela PEC 55 (corte de verbas de saúde e educação), reforma do ensino médio, reforma trabalhista e previdenciária. Apesar dos dias 15 de março, 28 de abril e 24 de maio mostrarem a disposição de luta das massas, a direção aprova uma tese que desvia a luta independente dos explorados para o caminho da conciliação de classes pela via eleitoral, com a burguesia.

A tese do “restabelecimento da democracia e legitimidade dos governantes através da soberania do voto popular”, serve para introduzir oportunismo eleitoreiro das bandeiras “Fora Temer e Diretas Já”. O avanço das crises econômica e política mostra a contradição entre os interesses dos explorados e da burguesia, as correntes estalinista (PCdoB) e reformista (PT) convocam os estudantes para reivindicar uma resposta burguesa à crise. As reformas antinacionais e antipopulares são chamadas de “medidas dos golpistas”, e concluem com “Diretas Já” também para que o povo eleja um presidente que possa convocar uma assembleia constituinte “soberana”, eleita sob novas regras, sem financiamento empresarial, **única forma de anular as medidas dos golpistas** – ou seja, os ataques da burguesia sendo resolvidos pela própria burguesia, cabendo às massas apenas ir às urnas, e negam os métodos de ação direta, com manifestações de

rua, greves e ocupações (por onde foram conquistados os direitos que hoje estão sendo arrancados). Assim, reivindica-se a saída que não se confronte com os que os que diariamente nos oprimem, com demissões, congelamento salarial, aumento dos preços.

Os estudantes devem rechaçar esta resolução do CO-NUNE – Somente sob uma política independente da classe operária, sob os métodos de ação direta: greves, piquetes, bloqueios de avenidas e ocupações de fábricas, responderemos a esta crise. Nenhuma ilusão no “restabelecimento da democracia burguesa” – Devemos marchar em defesa de todas as nossas reivindicações, em defesa do emprego, escola e saúde – se a burguesia não é capaz de nos garantir o mínimo de condições de sobrevivência, que marchemos pela derrubada de seu sistema apodrecido, pela ditadura do proletariado – por um governo operário e camponês.

Educação - “Educação é nosso futuro: contra a retirada de direitos”

A resolução aprovada, também proposta pelas correntes majoritárias, é iniciada conclamando as mudanças realizadas no governo Lula, caracterizando como “ampliação e popularização do acesso às universidades”, com o ENEM/SISU, PROUNI e FIES nas privadas, REUNI, PNAES e as cotas sócio raciais, e a expansão dos Institutos Federais. Com relação à expansão das universidades públicas, nada é dito sobre a falta de verbas, que levou a inauguração dos *campi* em que faltou até prédio, como a UNIFESP de Guarulhos em 2007. Sobre o PROUNI e FIES, a resolução indica a sua defesa diante dos cortes feitos por conta da crise econômica, nada é falado sobre o avanço da privatização, no qual estes programas serviram como incentivo à iniciativa privada, que detém hoje 85% das matrículas, enquanto houve um maior sucateamento das instituições públicas.

A resolução aprovada desconsiderou toda a discussão realizada nos grupos, onde os estudantes das universidades particulares relataram as dificuldades de permanên-

cia. Que não basta o acesso, é necessário ter todas as condições para se manter na universidade – as condições de permanência, condições básicas como alimentação, materiais didáticos e moradia não são garantidos aos que ingressam nas universidades particulares pelos programas do governo, pois ao que visam os capitalistas do ensino é o lucro. Estudantes que são calados, pois, quando se organizam por suas reivindicações, são perseguidos, e muitos são expulsos da universidade.

Assim, a tese sobre educação que afirma “Educação não é mercadoria – em defesa dos estudantes do FIES e PROUNI” mantém a defesa do privatismo na educação e coexistência do ensino público com o privado. Enquanto houver a rede privada de ensino, educação será tratada como mercadoria, quem tem condições financeiras consegue entrar e concluir os cursos, quem não tem ou fica fora da universidade, ou é expulsa sem conseguir se formar, e os poucos que conseguem se formar são privados de condições básicas. Contra a mercantilização do ensino, é preciso defender as bandeiras de fim do vestibular e apropriação de toda a rede privada de ensino sob controle coletivo dos que estudam e trabalham, por um sistema único de ensino, público, gratuito, laico e vinculado à produção social.

Movimento Estudantil: - “Movimento estudantil é estudantes em movimento”

No Congresso que comemorou os 80 anos da UNE, a resolução sobre o movimento estudantil não serve para avançar no fortalecimento de um movimento estudantil nacional. Começa falando sobre “buscar mudanças no sistema eleitoral da UNE, acompanhando as demandas oriundas das bases”. Como acompanhar as bases se no processo de tiragem de delegados não há uma campanha massiva, para que os estudantes organizem suas assembleias? E os delegados são escolhidos majoritariamente pelas correntes que dirigem os C.As, D.A.s e DCEs sem sequer convocação de assembleia.

No texto que diz “reconhecer e abraçar toda forma de organização dos estudantes, seja no MEJ-Movimento de Empresas Juniores”. Mostra o quanto a crítica à privatização da educação é usada pelas correntes apenas de forma oportunista, e que na prática se aproximam cada vez mais de correntes burguesas conservadoras, ao ponto de defenderem empresas juniores no interior da universidade.

Diante dos anos de governismo da direção da UNE, na resolução não há uma linha que aponte a necessidade de uma política independente dos governos e da burguesia. Diante de uma política colaboracionista, inclusive apresentando propostas ao PNE (Plano Nacional de Educação) do PT, não há uma proposta que aponte a defesa da educação com os métodos de luta que se choquem com os interesses da burguesia.

Direção eleita

A direção eleita foi a mesma que está há décadas na direção da UNE, com 79% dos votos, a “Frente Brasil Popular: a unidade é a bandeira da esperança”, composta por UJS – PCdoB, Kizomba/DS-PT, O Trabalho-PT, Levante Popular da Juventude, dentre outras. A mesma frente que defendeu as bandeiras eleitoreiras de “Fora Temer” e “Diretas Já”.

Oposição de esquerda não serviu como alternativa à burocracia do PCdoB e PT

A oposição de esquerda foi composta por UJC-PCB, Enfrente (1° de Maio-PSOL), movimento Correnteza, RUA (PSOL), CST (PSOL), MAIS, Mutirão (PPL), Liberdade e Luta (Esquerda Marxista- PSOL) e Juntos (MES-PSOL). Estas correntes aparecerão como oposição apenas na disputa pelo aparato, visto que politicamente defenderam a mesma tese que as correntes que estão na direção – erguendo as bandeiras de “Fora Temer” e “Diretas Já”. Assim, não era uma oposição que defendia a independência de classe frente aos ataques da burguesia. Colocou-se como ala esquerda do bloco PT/PCdoB, da Frente Brasil Popu-

lar. Não foram capazes de traçar uma linha de resposta à conciliação de classes defendida pela direção majoritária. Para isso, teriam de se apoiar na mobilização e organização desde as bases, a partir da defesa das reivindicações mais sentidas, ligando-as à luta geral contra os governos e os capitalistas. Teriam de desenvolver uma política de independência de classes. Mas o eleitoralismo é incompatível com isso.

É preciso mencionar aqui também que o MRT e o MAIS voltaram a atuar na UNE depois do fracasso da Anel. A cisão comandada pelo PSTU se revelou um artifício de aparelho, que abandonou a disputa dentro da UNE e não organizou uma fração revolucionária dos estudantes. Seu fracasso sem balanço ressalta o erro cometido, pois não expressa sua superação. A meia-volta do MRT e do MAIS em voltar para a UNE sem nenhum balanço incorre no mesmo erro. Pior ainda, voltaram sem expressar uma diferenciação estratégica com a direção burocrática nem com a oposição de esquerda eleitoreira. O MAIS mergulhou de cabeça nas Diretas Já e pela eleição de Lula e o MRT ergue a bandeira de constituinte, que na atual situação não passa de um meio de rearticulação das forças burguesas no aparato estatal.

Juventude do PSDB defende as mesmas bandeiras que a “esquerda”

O PSDB participou do Congresso da UNE com 148 delegados. Com a bandeira de “Fora Temer” e “Diretas Já!”; politicamente, podia ter entrado tanto na frente eleita quanto na “oposição de esquerda”. Em um Congresso que aprovou as teses propostas pelo ex-ministro do FHC, inclusive com bandeiras defendidas pelo próprio FHC, não é espantosa a presença significativa da direita, conseguindo inclusive uma cadeira na direção da UNE.

O CONUNE ocorreu em uma conjuntura de avanço da crise econômica e política, com medidas que atacam diretamente a vida da juventude. A reforma do ensino médio, já aprovada, que precariza ainda mais o ensino médio

e expulsa os estudantes trabalhadores das escolas. A lei da terceirização, já aprovada, que significa a legalização e aprofundamento da precarização das condições de trabalho. A reforma trabalhista, onde a CLT será rasgada, sendo substituída por acordos diretos com os patrões, que arrancarão ainda mais o couro dos explorados, e o agigantamento da fila de desempregados. E a reforma da previdência, que nos condena a trabalhar até a morte, com o tempo de contribuição mínima de 25 anos (registrados!), o que na prática representa o fim do direito à aposentadoria. O CONUNE teria a tarefa de convocar a greve geral, mas não para simples troca de governo, resposta própria da burguesia, mas no campo da independência de classe - pela derrubada de todas as reformas que a burguesia quer nos enfiar goela abaixo. Unidade dos explorados sob a política e métodos da classe operária, em defesa do emprego, salário e direitos - por um governo operário e camponês.

Lançamento do Projeto Brasil Nação

Um dos eventos de maior repercussão no CONUNE foi o lançamento do Projeto Brasil Nação, por Bresser Pereira (ex-ministro de FHC, um dos mentores do plano Real), Ciro Gomes (PDT) e Eleonora de Lucena.

Bresser iniciou sua fala afirmando que o Brasil passa por uma grave crise econômica (desde 2008), política e moral. Afirmou que o “Projeto Brasil Nação” vem tratar de uma “crise política de um país fragmentado” e que “solidariedade de nação e luta de classes pode levar (o Brasil) ao crescimento” afirmando que a luta não está em contradição com a coligação entre o movimento e forças progressivas (ligadas à indústria). O projeto é baseado em teses “desenvolvimentistas” que apontam a ações como “*adoção de uma taxa de câmbio competitiva, a recuperação de investimentos e uma taxa de juros mais baixa*” e “*Retomada do investimento público em nível capaz de estimular a economia e garantir investimento rentável para **empresários e salários** que reflitam uma política de redução da desigualdade*” (grifo nosso). Ou seja, garantir o lucro de ca-

pitalistas, o que só pode vir da maior exploração da força de trabalho. A fala de Bresser foi concluída reivindicando que era necessário um candidato que defendesse o “Projeto Brasil Nação”. E assim, a fala de Ciro Gomes veio reafirmar o projeto defendido por Bresser. Ciro foi contemplado pela direção majoritária da UNE como uma possibilidade de governo, caso Lula não consiga se candidatar.

Daí vem a tese aprovada na resolução de conjuntura: “*a unidade das forças populares para tirar o Brasil da profunda crise, retomar o crescimento econômico e o estado democrático de direito*”. – Diante de uma crise tão profunda do capitalismo, o Congresso traz a discussão de um projeto que defende a coligação com setores da burguesia, que só o que tem a nos oferecer são reformas que pioram nossas condições de vida. Na fase atual de decomposição capitalista, imperialista, a política nacional desenvolvimentista se mostra inviável. Os países capitalistas atrasados, semi-coloniais, não têm soberania e suas forças produtivas estão na maior parte sob controle ou dependentes do capital estrangeiro. A única saída progressiva a esta situação é a luta independente das massas por sua estratégia própria de poder, que romperá com a submissão ao capital estrangeiro e derrubará do poder a burguesia nacional.

Vivemos uma crise estrutural do capitalismo, que se reflete no Brasil com mais de 14 milhões de desempregados, aumento do custo de vida e destruição dos direitos. Defender que a greve geral esteja a reboque do oportunismo eleitoral em vez de chamar contra as reformas que vão piorar as condições de vida das massas é um desvio, que serve apenas para fazer oposição burguesa ao governo Temer, e depositar nas mãos do futuro governo burguês a solução a estas questões. Os dias 15 de março e 28 de abril mostraram que há uma disposição das massas para lutarem contra as reformas, e o que as direções burocratizadas estão fazendo é canalizar o levante das massas para a urna - ou seja, para uma saída sob o controle da burguesia. O governo golpista de Temer foi empossado para garantir a aprovação das reformas. Não adiantará nada

para os explorados a troca do governo com a manutenção das reformas do ensino médio, trabalhista e da previdência. Não podemos ter nenhuma ilusão no parlamento burguês. A independência de classe nos coloca pela defesa dos empregos, salários e direitos com os métodos próprios da classe operária, com greve geral, manifestações de rua. Pela derrubada da burguesia e constituição de um governo operário e camponês.

A seguir um breve relato dos grupos de discussão em que o POR participou

- Grupo sobre Universidades Particulares:

Neste grupo, os estudantes das universidades privadas se manifestaram e denunciaram: o aumento da evasão, falta de condições de permanência nos cursos nas instituições particulares, ameaça de perda da vaga dos estudantes que estão pelo FIES (ameaça de corte pelos empresários), avanço da monopolização do ensino nas mãos do capital financeiro e repressão das instituições de ensino (onde os estudantes que se manifestam podem ser facilmente desligados).

A maioria das correntes, como UJS, Levante Popular, Kizomba, apontou como resposta a “regulamentação do ensino privado”, chegando ao ponto de falas como o “direito do consumidor”, que nada mais é que a consolidação da educação enquanto mercadoria. O POR fez sua intervenção no sentido da necessidade de unidade de todos os estudantes, das universidades privadas e públicas, pela expropriação do ensino privado, por um sistema único de educação público, contra a mercantilização do ensino (85% das matrículas são da rede particular). Está evidenciado que não basta a vaga, precisamos ter todas as condições para estudar garantidas. Foi dado o exemplo que mesmo na universidade pública a luta pela permanência é árdua. O crescimento do ensino privado nos últimos anos mostrou que a pretensa coexistência harmônica entre o ensino privado com o público é impossível, o que vemos é

a destruição das universidades públicas, com ataques às condições de trabalho dos funcionários, falta de professores (ou contratos precarizados) e ataque ao direito de permanência dos estudantes (falta de moradia, alimentação e creches). A defesa da universidade pública a todos passa pelo fim dos vestibulares e expropriação de toda a rede privada de ensino.

- “Escola sem Partido” versus Educação Emancipadora

Nesta mesa, participaram Macaé Evaristo, secretária de Educação do Estado de Minas Gerais (governo PT), Samia Bonfim, vereadora de São Paulo (PSOL), Amanda Gurgel, do MAIS (ruptura do PSTU), Camila Lanes (presidente da UBES) e Josué Medeiros, professor da UFRJ.

Macaé destacou o “ideário da privatização”, questionando os interesses de avanço da precarização - mas não falou nada sobre o avanço das instituições privadas sob os governos do PT, que aprovou medidas como Pro-UNI e FIES, de incentivo às universidades privadas.

Samia disse que a política da Escola sem Partido “*visa a colocar uma lógica conservadora nas escolas, mas também responde a uma lógica da crise econômica que quer formar massa para o mercado*” e concluiu chamando a greve geral no dia 30 de junho. O PSOL ignora que no quadro atual de profunda crise, atingindo 14,2 milhões de desempregados, a maioria da juventude está condenada a sequer conseguir vender sua força de trabalho, e o que o governo pretende é impedir que o levante da juventude seja estimulado. Sobre a tese da “lógica conservadora”, o PSOL defende a tese de que é possível uma escola progressiva dentro do capitalismo, sendo que toda a escola é conservadora no capitalismo em decomposição (a exemplo do parlamento se opor inclusive à cartilha contra a homofobia pelo governo de Dilma). A Samia conclui sua fala convocando a greve geral no dia 30 de junho, mas a sua organização (Juntos/MES), direção do DCE da USP, se opõe à organização da greve unificada na universidade contra as medidas de ajuste fis-

cal aplicadas pela reitoria/governo. Por onde se sustentará uma greve geral se não a construímos em nossos locais de estudo e trabalho?!

Amanda Gurgel falou que não se trata apenas dos ataques aos direitos trabalhistas e às condições de trabalho, mas também da “moral dos educadores”. Apontou que a “Escola sem Partido” é uma tentativa de “destruição ideológica”, que serve para amedrontar e vigiar os professores, e como resposta levantou a necessidade de unidade desde os cursos de licenciatura à comunidade escolar. A unidade realmente é necessária, mas não podemos partir da defesa da “moral” dos professores, a luta contra a “Escola sem Partido” não deve partir de uma defesa “moral” dos professores, mas da defesa de todas as reivindicações das escolas (25 alunos por sala de aula, contratação de professores e funcionários, fim da repressão policial e das direções nas escolas).

Josué Medeiros relacionou a medida ao contexto político atual e o avanço do conservadorismo.

Em nossa intervenção, relacionamos o projeto “Escola sem Partido” a uma conjuntura de avanço da crise econômica, com o aumento da opressão de classe da burguesia, que piora as condições de vida (desemprego, aumento do custo de vida), destruição de direitos (com as reformas) e, junto a isso, o aumento da repressão do Estado. E que é necessário vincular a luta contra a “Escola sem Partido” à luta contra as reformas. O dia 28 de abril mostrou que há disposição de luta, é necessário convocar toda a juventude para a greve geral do dia 30 de junho, que pare a economia, com piquetes nas fábricas e bloqueios de avenidas. E que trabalhemos para que não seja apenas um dia de luta – a greve é um instrumento que se contrapõe à burguesia, não podemos sair na greve avisando aos patrões e ao Estado que pararemos por um tempo determinado.

Contra o projeto “Escola sem Partido”, o POR defende a escola científica, laica e vinculada à produção social. Na etapa de decomposição do capitalismo, com a destruição das forças produtivas, a separação entre a escola e a pro-

dução social não pode ser superada. A escola que temos serve como correia de transmissão da política burguesa, é repetitiva, onde os estudantes são obrigados a decorar um conteúdo no qual não se vê relação nenhuma com a vida prática, pois a escola é completamente desvinculada do processo produtivo. A maioria dos que estão na escola e procuram emprego não o encontram e, quando o encontram, em nada conseguem relacionar o conteúdo visto na escola com ele, ou são submetidos à mutilação física e mental, sem condições de estudar. Ou estão ali para simplesmente conseguirem um certificado (sob promessas de melhores oportunidades de trabalho), ou desistem, fazendo parte de alto índice de evasão escolar. Por isso defendemos: que a juventude tenha acesso à escola e ao trabalho, com quatro horas na produção e as demais para estudo e lazer.

a) Tirada de delegados por fora dos fóruns do movimento estudantil

A burocratização da UNE é expressa desde a tirada de delegados, onde as correntes escolhem quem levarão à margem das assembleias. Na USP, apenas as correntes que dirigem os C.A.s e DCE levaram delegados, pois a decisão foi tomada por cima das assembleias de base, e não divulgaram o calendário em nenhum lugar, o processo de inscrição de chapas para o Congresso foi quase que conspirativo. Processo semelhante ocorreu em Londrina, na UEL, onde as correntes tentaram organizar a tirada de delegados à margem do DCE e da maioria estudantil.

O Congresso da UNE é o espaço que deve servir de instrumento de articulação e organização nacional dos estudantes. É nele que devemos superar o isolamento da luta em defesa da educação. No ano passado, o governo golpista de Temer aprovou a PEC 55, que corta a verba da educação e da saúde, os estudantes se levantaram contra, com ocupações e atos de rua - a direção da UNE tinha a tarefa de convocar massivamente este congresso, para organizar nacionalmente a luta contra as medidas destruidoras de

direitos colocadas em prática pelo governo golpista.

b) Festividade distracionista no CONUNE

Os dias 15 e 16 foram reservados para os Grupos de trabalho e mesas de debate, espaços políticos abertos a intervenção e discussão das resoluções. O primeiro foi marcado com atrasos de no mínimo duas horas para iniciar as atividades e, no segundo dia, havia informes desencontrados dos locais das mesas, que também se iniciaram após horas de atraso. Enquanto os que queriam participar das discussões aguardavam o início ou procuravam as atividades políticas, as festas e palcos montados atraíam os estudantes para o distracionismo, como se, dançando e cantando, sob as palavras de ordem: “Fora Temer”, “Se empurrar, o Temer cai, vai cair, vai cair!”, isso fosse suficiente para derrubar o governo golpista de Temer.

Assim, correntes como UJS (PCdoB), Levante Popular (PT), etc. fazem com que o CONUNE seja um espaço de confraternização e não cumpra o papel de fortalecer politicamente a luta contra os ataques do Temer. Na programação, já havia espaço para as atividades culturais, não sendo necessário competir com as atividades políticas. Mas o que vimos foi as direções levando os estudantes ao distracionismo, enquanto, após um golpe, a burguesia se articula para aprovar reformas que atacam tão profundamente nossas condições de vida. O Congresso, que ocorre a cada dois anos, com estudantes de todo o país, é conduzido pela direção ao boicote das discussões políticas e ao culturalismo despolitizante.

É preciso organizar e fortalecer uma fração revolucionária estudantil que atue na UNE com o programa e a estratégia da classe operária, unindo a força do movimento estudantil à luta com independência de classe do proletariado, em direção à revolução proletária e socialismo.

Paraná: Avaliação do CONUNE 2017

De 14 a 18 de junho de 2017, realizou-se o 55o Congresso da UNE em Belo Horizonte – MG e o DCE da UEL esteve presente.

No caderno de teses da UNE, o que as várias correntes defendem se resume ao: Fora Temer, Diretas Já!, Programa Democrático e Popular, Universidade Popular, Reforma Política através de uma Constituinte e mais FIES e MAIS PROUNI.

Esses pontos indicam que todas as correntes parecem unificadas no campo do reformismo pequeno-burguês. O conteúdo do fora Temer e Diretas Já! é complementado pelo retorno de um governo burguês (supostamente legítimo) escolhido por eleições diretas. Este governo, poderia ser o do Lula, como alguns querem, mas pode ser outro, desde que eleito por eleições diretas.

A direção da UNE está tão subordinada à política burguesa a ponto de, numa mesa de debate, chamar Ciro Gomes e Bresser Pereira para apresentar o Projeto Brasil Nação, cuja tese central era o neodesenvolvimentismo, projeto com o qual Ciro Gomes pretende se lançar candidato a Presidente da República em 2018. Da mesma forma, os outros pontos acima, expressam adesão à mesma via reformista de sempre, sem um balanço do fracasso dos

governos de Lula e Dilma, que provaram a inviabilidade das reformas.

Merece destaque também que as correntes majoritárias na direção da UNE defendam o FIES e o PROUNI, quer dizer, se colocam inteiramente no campo dos interesses burgueses no ensino, ao invés de questionar o ensino privado e enfrentá-lo com a bandeira da estatização das privadas.

As resoluções mais importantes aprovadas foram:

1 Fora Temer; 2 Diretas Já!; 3 Construir a Greve Geral!; 4 Educação Pública, Gratuita e de Qualidade: não abrimos mão!; 5 Educação não é mercadoria, em defesa dos estudantes do FIES e do PROUNI!

A UNE propõe “A unidade das forças populares para tirar o Brasil da profunda crise, retomar o crescimento econômico e o estado democrático de direito”. Essa frase além de ser genérica é equivocada. A intenção é defender o Estado Democrático de Direito. Sem sequer questionar o caráter burguês dessa defesa. Pois o conteúdo do “democrático e de direito” é completamente burguês. Ou seja, defesa da propriedade privada.

Outro ponto: “Construir a Greve Geral”. Uma greve geral é um instrumento valioso na luta de classes. Mas, não é com essa intenção que a direção da UNE e nem as centrais sindicais estão defendendo a greve. Como instrumento da luta de classes a greve deveria ter sido convocada muito antes, logo depois de 28 de abril quando se manifestou a tendência das massas operárias saírem ao combate. Ao invés disso, as centrais e os partidos reformistas adiaram o quanto puderam uma nova convocação para dar tempo ao governo golpista convocar as centrais para negociar pontos das reformas.

A “nova” direção da UNE

Em 18 de junho de 2017, último dia do congresso, foi eleita a “nova” diretoria da UNE. De nova essa direção não tem nada, pois, sua direção política está pautada na mesma plataforma política reformista que comanda a UNE há décadas. Com os cinco pontos aprovados na plenária de 17 de junho no CONUNE, explicita a política reformista e

privatizante que a direção da UNE defende.

Um fato que teve certa repercussão foi a composição da chapa “Frente Brasil Popular: a unidade é a bandeira da esperança (chapa eleita com 79%), que foi composta por várias correntes, dentre elas: UJS – PCdoB, Kizomba/DS – PT, O trabalho - PT, Levante Popular da Juventude dentre outras. Curiosamente o Levante se posicionava contra a UJS, corrente majoritária na direção da UNE. No entanto o Levante aceitou compor uma chapa com correntes que dizia combater.

Na Universidade Estadual de Londrina, havia duas chapas disputando a eleição de delegados ao CONUNE. Uma delas era composta por militantes do Levante Popular da Juventude que disputou Contra a UJS/kizomba pt. Venceu na UEL levando maior número de delegados, fazendo a campanha dizendo ser a chapa apartidária. Porém, no Congresso da UNE acabou compondo chapa com eles.

Escancarou-se dessa forma a conduta oportunista (sem princípios) do Levante que uma hora faz um discurso “radical”, mas noutra momento não tem escrúpulo para abandonar todo discurso e aceitar qualquer negócio para compor o aparelho burocrático da UNE.

A diretoria eleita refletirá a mesma política de sempre: o reformismo que há anos está dentro da UNE. Estes justificam a junção de forças em nome da “Unidade contra a direita” que avança sobre o Estado com o golpe (como se antes, os governos Lula/ Dilma, não estivessem subordinados aos interesses da burguesia).

Mas não é esta condição que justifica a não participação do congresso da UNE, como pretexta a divisionista ANEL (Assembleia nacional dos Estudantes livres, tão artificial que neste ano nem teve congresso). O movimento MAIS, saiu da Anel e (rompimento do PSTU em 2016) retornou ao congresso da UNE em 2017, admitindo a necessidade de fortalecer a oposição de esquerda contra a direção da UJS.

Outros movimentos também erram ao afirmar que não se devem disputar a UNE. Em Londrina, por exemplo, a

corrente política do anarquismo Coletivo Ação direta (Londrina) publicou uma declaração expressando sua posição frente a UNE, na qual se declara “não devemos sequer cogitar em disputar a UNE”. Essa posição é equivocada, pois faz um julgamento da UNE generalizando a posição da direção para toda base e promove o divisionismo. Em outro momento diz a declaração “peleguismo-lulismo-reformismo sempre vencerão - seja por meio de fraudes, agressões ...”. Caracterizar a direção da UNE de reformista é correto, porém, afirmar que “que sempre vencerão..” implica uma posição derrotista, de quem abandona o combate antes de lutar. Ademais é puro idealismo, desconhecendo as inúmeras experiências históricas de direções corrompidas que nos momentos de retomada da luta de classes foram derrotadas.

Desta forma, há que disputar a direção do congresso da UNE sim. Apesar de todo golpismo no processo eleitoral em todo país, promovido pela direção atual da UNE. É urgente que o movimento de oposição deve varrer a direção reformista que não combate a privatização do ensino. Deve rejeitar as bandeiras distracionistas e eleitoreiras como “diretas já” e “fora temer” “contra a direita”, que não organizam os estudantes na luta junto com os explorados. Os estudantes devem organizar a luta nas escolas, universidades pela greve geral contra as reformas, comitês de luta, frentes de luta, organizando protestos nas ruas. Deve, assim, fortalecer um movimento autônomo e independente que rejeite a conciliação de classe e a burocratização das entidades.

Manifesto ao 55º Congresso da UNE

O Congresso da UNE deve organizar nacionalmente os estudantes para se unirem aos explorados e colocarem abaixo as reformas trabalhista e da previdência por meio da greve geral

Responder à crise econômica e política com os métodos da luta de classes

1. Pôr abaixo integralmente as reformas antinacional e antipopular do governo golpista

O governo Temer é fruto de um golpe. O impeachment de Dilma Rousseff teve como causa sua incapacidade de levar adiante o “ajuste fiscal”. O aprofundamento da crise obrigou e obriga a burguesia a atacar a vida das massas e impulsionar a desnacionalização para sustentar o parasitismo financeiro da dívida pública. Diante de sua incapacidade de efetivar as reformas antinacionais e antipopulares, o capital financeiro internacional e as oligarquias burguesas usaram a Operação Lava Jato para criar as condições políticas de derrubada do governo petista.

O golpe deu lugar a um governo apoiado exclusivamente no grande capital e na camarilha parlamentar oligárquica que governa o país. Um governo completamente desvinculado da população e contra ela. Um governo imposto ao país para impingir as reformas da previdência, trabalhista,

do ensino médio, etc.

Desde 2014, ficou claro que o avanço da crise mundial capitalista sobre o Brasil inviabilizaria o sustento do parasitismo da dívida pública. Para os capitalistas, era necessário cortar profundamente os gastos com os serviços sociais, sacrificar o funcionalismo, realizar a reforma da previdência, que permitisse desviar quase trezentos bilhões de reais para manter o pagamento da dívida pública, e pôr em marcha a reforma trabalhista, de forma a aumentar a superexploração do trabalho e garantir os lucros dos capitalistas. Assim, o objetivo das reformas é proteger o capital financeiro, a grande burguesia em geral e os interesses do imperialismo.

Por meio das reformas antinacional e antipopular, o governo golpista pretende descarregar a crise capitalista sobre os explorados e a juventude oprimida. Suas consequências: aumento da exploração do trabalho, da pobreza, da miséria; ampliação da desnacionalização, da concentração monopolista; fortalecimento do parasitismo financeiro; recrudescimento da dependência ao imperialismo.

Cabe ao Congresso aprovar a luta para pôr abaixo integralmente as reformas do governo golpista e corrupto de Temer. Levantar a bandeira de não pagamento da dívida pública. Combater a ofensiva dos latifundiários e burguesia agrária contra os camponeses, indígenas e quilombolas. Vincular as reivindicações dos explorados à luta anti-imperialista, pela expropriação e nacionalização dos monopólios e do capital financeiro. Defender o Tribunal Popular, nascido das lutas, para julgar os crimes da burguesia e do imperialismo. Levantar a bandeira de unidade dos estudantes com a classe operária e demais explorados. Impulsionar a luta direta, potenciando a greve geral. E se colocar no campo da independência de classe diante do Estado burguês e seus aparatos de sustentação (justiça, Constituição, etc.).

2. Impulsionar os métodos próprios dos explorados

As recentes manifestações massivas em 15/03,

a greve geral de 28/04 e a ocupação de Brasília em 24/05 mostraram que as massas assimilaram as bandeiras de luta para derrubar as reformas antinacional e antipopular, em especial a trabalhista e a da previdência. A maioria oprimida descontente com as medidas do governo Temer respondeu positivamente à convocatória da greve geral, que paralisou o país. No processo de preparação da greve geral de abril, vários comitês de luta foram organizados, organismos fundamentais para pôr em ação os bloqueios de rodovias, avenidas e os piquetes nas fábricas. Esse é o caminho para derrubar e enterrar integralmente as reformas antinacional e antipopular.

Cabe ao Congresso da UNE aprovar esse caminho da luta direta. Rechaçar a política das direções sindicais, populares e estudantis de submeter o movimento contra as reformas às manobras do Congresso Nacional. Rejeitar toda emenda às reformas da previdência e trabalhista. E aprovar um plano contra a implantação da reforma do ensino médio, apoiado na defesa do sistema único de ensino, gratuito, laico em todos os níveis para todos, sob o controle dos que estudam e trabalham.

3. Defender o sistema único e a estatização de todo o sistema escolar

Os governos há muito vêm destruindo conquistas dos estudantes e dos explorados. As reformas da educação, ditadas pelo imperialismo e impulsionadas pela burguesia, visam à privatização e desnacionalização da educação. A reforma do ensino médio de Temer é parte dessa política geral dos capitalistas. Um duro golpe na maioria dos estudantes, que depende das escolas públicas e dos cursos noturnos para ter acesso aos estudos. É parte do desmonte do ensino gratuito, a imposição da terceirização e do ensino a distância. Não por acaso, constituem elementos essenciais da reforma do ensino médio do governo golpista. Também é parte das medidas de Temer avançar na desnacionalização da educação superior e

cortar na carne os subsídios para as universidades públicas. A penetração do capital imperialista no sistema de ensino nacional tem impulsionado a concentração e monopolização do ensino privado. O que se choca com o sistema público.

Cabe ao Congresso da UNE aprovar a luta contra a implantação da reforma do ensino médio. Rechaçar a terciarização e a desnacionalização da educação. Combater a privatização por meio da bandeira da estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos que estudam e trabalham. Levantar a bandeira do sistema único, público, laico e voltado à produção social.

4. Aprovar as reivindicações que unificam os estudantes, professores e pais

A situação das escolas públicas, em todos os níveis, é a demonstração da política de sucateamento da educação gratuita. Nas escolas, a precarização está nas alturas. As salas de aulas estão superlotadas. Ao invés de abrir escolas, os governos têm aplicado a política de corte de recursos, fechando escolas de ensino básico, ou impedindo a abertura de novas universidades. Os salários e as condições de ensino dos professores, em particular da educação básica, são aviltantes. Quando os jovens pobres chegam à universidade pública, não encontram as condições elementares para manter os estudos (que vão da falta de moradias ao acesso aos cursos). Boa parte da juventude necessita combinar os estudos com o trabalho, o que se torna quase impossível. As taxas de evasão escolar falam por si só. A luta dos estudantes, que ocuparam inúmeras escolas por todo o país, foi fundamental para expor às claras o que se passa nas escolas e impulsionar as suas reivindicações coletivas. Esse deve ser o ponto de partida para a retomada do movimento estudantil.

Cabe ao Congresso da UNE rechaçar a política de destruição da educação pública. Aprovar as reivindicações: a) abertura das escolas e salas de aula fechadas; b) salas com no máximo 25 alunos; c) defesa das condições

de permanência dos jovens pobres nas universidades; d) combate à terceirização e à precarização da educação; e) que nenhum jovem esteja fora das escolas e do trabalho, jornada máxima de trabalho de 4 horas e o restante para os estudos e lazer.

5. Responder aos ataques dos governos por meio do programa da classe operária

Desde o processo do golpe institucional e, particularmente, agora com o avanço da crise política, a grande maioria das direções sindicais e estudantis se posicionou pelas bandeiras do Fora Temer e Eleições diretas. Tem arrastado o movimento dos jovens a apoiar essa variante da política burguesa, reformista. A luta contra as reformas da previdência e trabalhista acaba sendo submetida a essas bandeiras que objetivam reestruturar o poder da burguesia na situação de crise do regime político. Essa via não possibilita o avanço da consciência de classe dos estudantes e da maioria da juventude oprimida. Alimenta, assim, ilusões da democracia burguesa e nos partidos que a sustenta.

Ao contrário, cabe à vanguarda se opor e se colocar no campo da independência de classe, do programa de transformação do capitalismo putrefato, da revolução social e da construção do socialismo. A desintegração econômica e social do capitalismo e a decomposição da política burguesa, como a que atravessa o país, exige que o movimento operário, popular e estudantil lute por uma estratégia própria de poder. Objetivamente, está colocada a defesa do governo operário e camponês, que será conquistado por meio da revolução proletária. A UNE tem o dever de dirigir a juventude oprimida sob a política da classe operária, em franca oposição à política burguesa.

I. Combater a barbárie social. Rechaçar o intervencionismo militar e econômico sobre as nações oprimidas

A crise mundial capitalista repercute em todos os países,

ainda que com particularidades e ritmos distintos. Desde a Europa, os governos planejam e põem em prática planos de destruição das conquistas históricas da classe operária e demais oprimidos, a fim de garantir a lucratividade do grande capital. O intervencionismo das potências sobre as semicolônias (países capitalistas atrasados, de economia combinada) se dá por meios políticos, econômicos e militares. O imperialismo promove as guerras no Oriente Médio, visando a manter e ampliar o saque das riquezas minerais. As consequências são violentas: massacre, fome, miséria e maior submissão das nações oprimidas. Nos marcos do capitalismo, não há como erradicar a barbárie social.

Cabe ao Congresso da UNE combater o intervencionismo imperialista, responsável pelo avanço da barbárie social. Defender a autodeterminação das nações oprimidas. Se colocar, junto à classe operária, por impulsionar a luta anti-imperialista em nosso país. É fundamental não perder de vista que a profunda crise por que passa o Brasil é parte da crise geral do capitalismo. A luta pela autodeterminação das nações oprimidas corresponde à tarefa de independência nacional do Brasil, que não poderá ser garantida sob o domínio da burguesia. A juventude deve se colocar plenamente pela defesa da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. É por meio dessa tarefa que a juventude marchará junto à classe operária pela emancipação do país do domínio imperialista.

II. Combater a opressão sobre a mulher, aos homossexuais, aos negros e índios

A matança de jovens negros, a violência aos homossexuais, os crescentes assassinatos de índios e brutalidade contra as mulheres pobres são expressões da barbárie social, que se potencia com a agudização da crise econômica. Diariamente, vem à tona as denúncias de mulheres estupradas, que são estarrecedoras. Quase sempre vítimas da própria família. Já se tornou rotina as chacinas de jovens negros por policiais. O mesmo ocorre com os homosse-

xuais. A burguesia e seus governantes responsabilizam as próprias vítimas, para livrar o Estado e seu aparato policial. Por sua vez, a maioria dos movimentos sociais culpabiliza os homens pela violência sobre as mulheres (“machismo”). Criticam os governos de não implementarem as leis existentes (Maria da Penha, por exemplo). Corretamente, atribuem ao Estado policial as matanças de jovens e homossexuais. Como solução, no entanto, apresentam: maior rigor na aplicação das leis, punição e educação. Daí surgem as bandeiras de: “machismo mata”, “nenhuma a menos”, “desmilitarização da polícia”, “prevenção pela educação nas escolas (currículo)”. Essa política reformista e centrista, tem conduzido os movimentos contra a opressão, alimenta ilusões de que é possível nos marcos do capitalismo resolver essa barbárie social. Ocultam que a opressão e suas manifestações de violência são de classe. Isso quando não rechaçam as raízes de classe da opressão.

Cabe ao Congresso da UNE combater todas as manifestações de opressão. Aprovar as reivindicações que unificam homens e mulheres, brancos e negros explorados, como trabalho igual, salário igual. Defender a incorporação de todas as mulheres na produção social. Lutar pela proteção da maternidade. Defender o direito ao aborto (em hospitais públicos e com todas as garantias de saúde). Livrar as mulheres do peso do trabalho familiar, lutando pelas cozinhas e lavadeiras públicas. Combater toda espécie de discriminação, defendendo o amor livre entre os homossexuais. Denunciar os crimes da burguesia contra os índios, levantando a bandeira do Tribunal Popular. E se colocar pelo desmantelamento da polícia e armamento geral da população.

III. Por uma UNE independente, de massa e democrática

A experiência do movimento estudantil tem demonstrado que um dos grandes problemas para o seu desenvolvimento é a burocratização, estatização e eliminação da

democracia na UNE. Sua direção, estalinista e petista, é um obstáculo a que se constitua como instrumento da massa estudantil em sua luta pelas reivindicações mais sentidas e em unidade com o proletariado. Dirige a UNE com uma política de conciliação de classes, baseada no cretinismo parlamentar e eleitoralismo pró-burguês. Resalta-se diante das tarefas colocadas pela crise a necessidade de constituir uma nova direção, revolucionária, independente de classe, fundamentada no programa da revolução proletária, nos métodos de luta da classe operária e na democracia estudantil mais ampla e de soberania das bases. Para isso, é preciso romper o estatismo que predominou na última década na direção da UNE. Constituir uma oposição revolucionária à atual direção burocrática, a partir de um programa para a educação que seja parte do programa proletário, que vincule as lutas mais imediatas ao objetivo estratégico do governo operário e camponês, que será fruto da revolução proletária.

Tudo muito bem montado para a reconstituição da oposição burguesa

A UNE, sob a direção do PCdoB e do PT, serviu de correia de transmissão da política do reformismo no interior do movimento estudantil. Esteve na base de apoio ao governo de Lula e Dilma. Defendeu o programa educacional que promove a coexistência do sistema de ensino privado com o público. Amparou os interesses dos empresários da educação. E iludiu com medidas de expansão limitada das universidades federais. A direção da UNE trabalhou para que os estudantes se atrelassem a programas privatizantes como o ProUni e Fies. O REUNI, destinado à expansão do sistema federal universitário, por sua vez, foi um contrapeso ao principal objetivo do plano educacional do reformismo de agigantar o sistema privado. Cerca de 70% das matrículas, dos 6 milhões de universitários, está nas privadas. A bandeira de 10% do PIB para a educação serviu ao distracionismo da política do PCdoB, PT e aliados do chamado campo democrático e popular. A atenção dada à aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE), por todo um período, atrelou a UNE ao jogo governista e parlamentar. O mesmo se pode dizer sobre o critério das cotas, que cimentou a demagogia pequeno-burguesa de combate à discriminação racial. De conjunto, o resultado das reformas educacionais do governo petista atendeu, sobretudo, aos empresários e

alimentou as tendências da concentração monopolista no sistema privado universitário. O avanço no número de matrículas, no aumento das verbas públicas e na expansão das universidades federais, em resumo, acabou por contrabalançar o extraordinário apoio ao empresariado e à poderosa estrutura do ensino mercantil.

A direção da UNE trabalhou incessantemente para convencer os estudantes de que estavam diante de um governo progressista, identificado com os interesses populares e que promovia uma grande transformação na educação. E que por isso deveriam apoiá-lo e evitar as lutas que se chocassem contra o “projeto democrático e popular da educação”. A UNE foi estatizada, burocratizada e amordaçada. Transformou-se em caixa de ressonância das diretrizes governamentais. O caráter burguês do governo e da política petista foi ocultado e transformado em virtude.

Esse balanço deveria ser o ponto de partida das discussões do Congresso. Está claro que nenhuma das forças políticas com expressão entre os delegados enfrentará os desvios da direção da UNE. Mas já não existe o governo do PT. O Congresso, portanto, está condicionado à nova situação da crise política, que levou ao golpe institucional, à derrubada do governo Dilma e à constituição do governo Temer.

A defenestração do PT resultou na dissolução de sua aliança governamental e em sua substituição por outra que dirigiu o processo de impeachment. O PMDB acabou sendo o pilar para a constituição do governo golpista. É importante assinalar essa mudança nas relações partidárias porque a direção da UNE serviu à aliança do PT com o PMDB. Agora, está diante do drama de como se guiará na presente etapa da crise política. O PCdoB indicou que poderá se afastar do PT. Apoiou a eleição de Rodrigo Maia do DEM para a presidência da Câmara Federal, ajudando assim a organizar as forças de sustentação do governo golpista. Essa virada do estalinismo somente não foi mais adiante porque os escândalos da Lava Jato não permitiram a estabilização de Temer. A UNE submetida à aliança do PCdoB e PT segue as variações táticas da política dos estalinistas e reformistas, que no fundo são semelhantes.

O 55º Congresso ocorre nas condições em que as forças

golpistas procuram evitar o desabamento total do governo Temer. O TSE acaba de decidir por sua manutenção. Não é possível uma previsão exata do que irá acontecer nas próximas semanas, uma vez que a crise política ainda não foi controlada e se manifestou uma cisão na base de sustentação do governo. Mas aumentou a probabilidade de Temer se reequilibrar com apoio do grande capital. Como se vê, a probabilidade corresponde às forças que comandam a política burguesa.

Há um fator fundamental que permanece subjacente à crise de governabilidade, que é a luta dos explorados. A recuperação de Temer depende em última instância da luta de classes. Aqui reside o ponto principal do Congresso da UNE. Servirá para impulsionar os estudantes pela derrubada das reformas antinacional e antipopular, e assim pela derrubada do governo cambaleante? Está claro que não! A preparação do Congresso confirma esse prognóstico. Para evitar equívoco e confusões, alertamos que não estamos atribuindo aos estudantes isoladamente essa tarefa. A greve geral de 28 de abril mostrou que é preciso um poderoso movimento nacional dirigido pela classe operária para derrotar a frente golpista, pró-capitalista e pró-imperialista. A juventude, sem dúvida, tem muita importância no combate. É sob a política do proletariado que o movimento estudantil fortalece o combate à ofensiva dos capitalistas e seu governo contra a vida das massas e atenta contra a economia nacional.

O 55º Congresso, ao contrário, está marcado irremediavelmente pelo predomínio da política burguesa. Será um grande convescote da pequena burguesia em torno da campanha pela convocação de eleições presidenciais. A bandeira de “Minas pelas diretas já”, anunciada na convocatória do Congresso e a presença de politiqueros como Ciro Gomes (PDT), Gleisi Hoffman (PT), Lindbergh Farias (PT), Chico de Alencar (PSOL) e Manuela d’Ávila (PCdoB) dizem tudo. A UNE serviu e continua a servir à política eleitoral da esquerda estalinista e reformista. Ciro Gomes, um politiquero da oligarquia cearense, está sendo preparado para concorrer às presidenciais, caso Lula fique impedido.

O Congresso tomará vários dias, que serão preenchidos com debates que têm por “eixo” a “democracia”. Os expositores, em sua grande maioria, estiveram direta ou

indiretamente vinculados ao governo do PT ou fazem parte da frente popular. Outro “eixo” é da “educação”. Os expo- sitores, salvo exceções, fazem parte da política acadêmica e estão vinculados ao estalinismo e ao reformismo. Não é preciso descrever sobre a função do “eixo Brasil”, que con- tará com a presença de personalidades do quilate Marcio Porchmann (PT), Luiz Dulci (PT), Haroldo Lima (PCdoB) e João Capibaribe (PSB). Embora o PT já não conte com a presidência da República, a UNE continua a expressar o governismo burguês do tão aspirado “governo democrático e popular” e a unidade frente populista.

A profunda estatização da UNE sofrida nos anos de governo petista recrudescer a sua burocratização. O 55º Congresso continua a expressar a mutilação da democra- cia estudantil, que permeia o conjunto das organizações dos explorados. Esperam-se milhares de delegados, mas completamente arregimentados. Não houve uma aberta, ampla e vigorosa discussão de teses nas bases estudantis para que se elessem os delegados. Não haverá discussão e compreensão sobre a crise estrutural do capitalismo que se manifesta na forma de golpe institucional, de constitui- ção de um governo de ditadura civil, de imposição de refor- mas antinacional e antipopular, de retomada das lutas em todo o país, bem como de continuidade da crise política.

Os estudantes universitários e a juventude oprimida de conjunto estão diante de novas condições favoráveis para se aproximarem da classe operária e avançarem sua organiza- ção no campo da independência política. No entanto, permanecem amarrados à direção reformista, conciliadora e con- dicionada pela política de Estado. A ausência de uma fração proletária, revolucionária, no 55º Congresso, mais uma vez inviabilizará a luta contra o reformismo pequeno-burguês, que serve à política de sustentação do capitalismo e da di- tadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. A própria fragilidade do POR se levanta como obstáculo à luta pela organização proletária da juventude oprimida. A cisão que o PSTU promoveu, rompendo com a UNE e formando a ANEL, mostra hoje, mais do que no passado, a gravidade. A ruptura enfraqueceu completamente a oposição de um setor que se reivindicava do trotskismo, embora em sua maioria

fosse revisionista. O PSOL, comprovadamente, se constituiu como partido eleitoral. Não poderá encarnar uma oposição consequente, revolucionária, ao reformismo e estalinismo. O 55º Congresso, portanto, não contará com uma fração oposicionista ao reformismo petista e ao estalinismo.

Estamos obrigados a extrair todas as lições da experiência que os estudantes universitários e secundaristas vêm realizando sob as novas condições de crise econômica e política. As manifestações de 15 de março, a greve geral de 28 de abril e os confrontos de 24 de maio em Brasília são a base da evolução da luta de classes. Os explorados tendem a ultrapassar os limites impostos pelas direções burocráticas. O 55º Congresso, sem dúvida, não reflete o grande descontentamento das massas. Está na contramão de suas necessidades e de suas tendências de luta.

É preciso separar a vanguarda combativa que despertou das greves e manifestações da política reformista, que no momento trabalha por reestruturar a oposição burguesa representada pelo PT e pela frente popular. Devemos fazer tremular sobre o Congresso burocrático, festivo e conciliador da UNE a política revolucionária do proletariado, ainda que encarnada pela minoria. Trata-se de defender o programa e a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Trata-se de combater pela derrubada das reformas antinacional e anti-popular do capital financeiro, da grande burguesia nacional e do imperialismo. Trata-se de enfrentar o governo golpista com a estratégia própria a classe operária lutando por um governo operário e camponês. Trata-se de trabalhar pela unidade da maioria oprimida para derrotar a ofensiva da burguesia que descarrega a decomposição do capitalismo sobre as massas. Defendamos que o Congresso se coloque pôr um Tribunal Popular constituído pelas massas em luta para investigar e punir os crimes da burguesia. Trabalhe-mos para que a juventude se coloque por organizar a frente única anti-imperialista, por meio da qual as massas podem desenvolver o programa da revolução proletária.

Eleição de delegados em Londrina Abaixo o Congresso burocrático e serviçal! Por um Congresso democrático, vivo e combativo!

A importância do 55º Congresso da UNE está em que expressa o controle burocrático da direção estalinista/pequista sobre a organização nacional dos estudantes e seu movimento. A conjuntura está marcada pela ofensiva do governo golpista de Temer em aprovar um conjunto de reformas antinacional e antipopular. Estas contêm ataques ao ensino público e à educação em geral. As bandeiras de luta contra as reformas trabalhista e previdenciária têm sensibilizado as massas a se mobilizarem unitariamente por suas reivindicações mais sentidas. Mas o desarme político e organizativo do movimento estudantil por sua direção pesa contra o avanço da luta revolucionária e em favor da burguesia, de seu governo e de suas reformas.

O 55º Congresso foi organizado de forma predominantemente superestrutural, sem se assentar nas assembleias de base, as eleições via de regra chamaram os estudantes a referendar as listas das correntes que já se acomodam nos cargos dirigentes da entidade. Assim, se garantiu cumprir seu objetivo, traçado pela direção: servir de ponto de apoio para reorganizar a oposição burguesa, a partir de uma frente popular, sobre a base do lançamento do chamado “Projeto Brasil Nação”, encabeçado pelo ex-ministro Bresser Pereira e com apoio do oligarca Ciro Gomes.

Nenhum balanço foi feito quanto à estatização da UNE

durante os governos do PT.

A oposição de esquerda compareceu como ala esquerda do estalinismo/petismo, pois não se distinguiu na estratégia do Fora Temer – Diretas Já. Reafirmou sua incapacidade de se construir como alternativa revolucionária à direção burocratizada.

De seu lado, o MAIS (cisão do PSTU) e o MRT (ex-LER/QI) retornaram à UNE sem nenhum balanço da experiência divisionista da ANEL, que sequer teve Congresso este ano e se dissolveu na Conlutas. O MAIS voltou com a bandeira da eleição de um novo governo de Lula nas mãos e o MRT com sua proposta de constituinte, que na atual situação só poderia servir para reorganizar as forças burguesas no Estado.

A debilidade organizativa do POR sublinhou a dramática falta de uma fração revolucionária organizada na juventude, para que esta possa cumprir seu importante papel de auxiliar na luta pela revolução proletária e o socialismo.